

RAFAEL MARTINS COSTA MOREIRA

Prefácio

Juarez Freitas

DIREITO ADMINISTRATIVO
E SUSTENTABILIDADE

O NOVO CONTROLE JUDICIAL
DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

Belo Horizonte



2017

© 2017 Editora Fórum Ltda.

É proibida a reprodução total ou parcial desta obra, por qualquer meio eletrônico, inclusive por processos xerográficos, sem autorização expressa do Editor.

Conselho Editorial

Adilson Abreu Dallari	Floriano de Azevedo Marques Neto
Alécia Paolucci Nogueira Bicalho	Gustavo Justino de Oliveira
Alexandre Coutinho Pagliarini	Inês Virginia Prado Soares
André Ramos Tavares	Jorge Ulisses Jacoby Fernandes
Carlos Ayres Britto	Juarez Freitas
Carlos Mário da Silva Velloso	Luciano Ferraz
Cármem Lúcia Antunes Rocha	Lúcio Delfino
Cesar Augusto Guimarães Pereira	Marcia Carla Pereira Ribeiro
Clovis Beznos	Márcio Cammarosano
Cristiana Fortini	Marcos Ehrhardt Jr.
Dinorá Adelaide Musetti Grotti	Maria Sylvia Zanella Di Pietro
Diogo de Figueiredo Moreira Neto	Ney José de Freitas
Egon Bockmann Moreira	Oswaldo Othon de Pontes Saraiva Filho
Emerson Gabardo	Paulo Modesto
Fabício Motta	Romeu Felipe Bacellar Filho
Fernando Rossi	Sérgio Guerra
Flávio Henrique Unes Pereira	Walber de Moura Agra



Luís Cláudio Rodrigues Ferreira
Presidente e Editor

Coordenação editorial: Leonardo Eustáquio Siqueira Araújo

Av. Afonso Pena, 2770 – 15º andar – Savassi – CEP 30130-012
Belo Horizonte – Minas Gerais – Tel.: (31) 2121.4900 / 2121.4949
www.editoraforum.com.br – editoraforum@editoraforum.com.br

M835d Moreira, Rafael Martins Costa
Direito Administrativo e sustentabilidade: o novo controle
judicial da Administração Pública / Rafael Martins Costa
Moreira.– Belo Horizonte : Fórum, 2017.

224 p.
ISBN: 978-85-450-0226-0

1. Direito Ambiental. 2. Direito Constitucional. I. Título.
CDD 341.347
CDU 349.6

Informação bibliográfica deste livro, conforme a NBR 6023:2002 da Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT):

MOREIRA, Rafael Martins Costa. *Direito Administrativo e sustentabilidade: o novo controle judicial da Administração Pública*. Belo Horizonte: Fórum, 2017. 224 p. ISBN 978-85-450-0226-0.

1107117

SUMÁRIO

PREFÁCIO

Juarez Freitas	9
1 INTRODUÇÃO	11
2 DIREITO ADMINISTRATIVO E SUSTENTABILIDADE	17
2.1 Novas tendências do Direito Administrativo.....	17
2.2 Teoria da decisão administrativa.....	29
2.2.1 Teoria da decisão e a esfera administrativa.....	29
2.2.2 Procedimentalização da atividade administrativa.....	32
2.2.3 Conceito de decisão administrativa.....	33
2.3 Discricionariedade administrativa.....	37
2.3.1 Discricionariedade e vinculação.....	37
2.3.2 A nova discricionariedade e a estrutura do ato administrativo.....	39
2.4 Dever de motivação fática e jurídica.....	44
2.4.1 Motivo e motivação.....	44
2.4.2 Fundamentos para a exigência de motivação fática e jurídica.....	44
2.4.3 Requisitos da motivação válida.....	49
2.5 Dever de motivação intertemporal e sustentabilidade das decisões administrativas.....	52
2.5.1 O princípio constitucional da sustentabilidade multidimensional.....	52
2.5.2 Direito Administrativo e sustentabilidade.....	63
2.5.3 Dever de motivação intertemporal.....	66

3	O CONTROLE JUDICIAL DE SUSTENTABILIDADE DAS DECISÕES ADMINISTRATIVAS.....	69
3.1	Controle da Administração Pública	69
3.2	Controle judicial da Administração Pública	70
3.2.1	Fundamentos do controle judicial.....	72
3.2.2	Extensão do controle judicial: possibilidade e limites.....	83
3.2.2.1	Evolução do controle judicial da Administração Pública	84
3.2.2.2	A importância do princípio da proporcionalidade para a análise da legitimidade das decisões administrativas	93
3.2.2.3	Interpretação baseada na finalidade e nas consequências.....	98
3.2.2.4	Controle judicial da motivação e o princípio da deferência: nota comparativa com o Direito norte-americano e proposta para o sistema jurídico brasileiro.....	102
3.2.2.5	Efetividade da tutela judicial em face da Administração Pública	123
4	CONTROLE JUDICIAL DE SUSTENTABILIDADE DAS LICITAÇÕES E CONTRATAÇÕES PÚBLICAS.....	133
5	CONTROLE JUDICIAL DE SUSTENTABILIDADE DA REGULAÇÃO	159
6	CONTROLE JUDICIAL DA PREVENÇÃO E PRECAUÇÃO DAS DECISÕES ADMINISTRATIVAS PARA PRESERVAR A SUSTENTABILIDADE	183
7	CONCLUSÃO	205
	REFERÊNCIAS.....	213